



SOCIEDADE

Para Barroso, aborto até 12ª semana não é crime

No último ato como integrante do STF, o agora ministro aposentado acompanha o voto de Rosa Weber e frisa que tema deve ser tratado como uma questão de saúde pública. Mas tema vai ao plenário físico da Corte

» WAL LIMA

Na despedida do Supremo Tribunal Federal, o agora ministro aposentado Luís Roberto Barroso acompanhou, ontem, o voto da ministra aposentada Rosa Weber em defesa da descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Na última decisão como 11º integrante do STF, o magistrado afirma que a interrupção da gravidez não deve ser uma questão criminal, mas de saúde pública. Assim que o voto foi publicado no plenário virtual da Corte, o decano Gilmar Mendes pediu destaque para que o caso seja levado ao plenário físico, o que suspende o julgamento no atual formato. A data para análise da matéria ainda será decidida pelo presidente Edson Fachin.

Segundo Barroso, “a discussão real não está em ser contra ou a favor do aborto. É definir se a mulher que passa por esse infortúnio deve ser presa. (...) A interrupção da gestação deve ser tratada como uma questão de saúde pública, não de direito penal”. Para o agora ministro aposentado, o Estado deve atuar evitando que a interrupção forçada da gravidez ocorra, mas sem criminalizar mulheres que enfrentam essa situação.

“Ninguém é a favor do aborto em si. O papel do Estado é evitar que ele aconteça, oferecendo educação sexual, contraceptivos e amparo à mulher em circunstâncias adversas”, observa. Ele destaca que a criminalização não reduz o número de abortos, conforme mostram pesquisas apoiadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). “Apenas impede que ele seja feito de forma segura. (...) A maneira adequada de lidar com o tema é fazer com que o aborto seja raro, mas seguro”, propõe.

Barroso também chama a atenção para a desigualdade social que

Antonio Augusto/SCO/STF



a atual legislação aprofunda. “A criminalização penaliza, sobretudo, as meninas e mulheres pobres, que não têm acesso a informações, medicamentos ou procedimentos adequados. As mais ricas podem recorrer ao exterior ou a clínicas privadas”, frisa.

O magistrado compara o Brasil a outras democracias, ressaltando que praticamente nenhuma nação desenvolvida mantém a criminalização do aborto nas primeiras semanas. “Isso inclui 39 países europeus, além de Canadá, Austrália, França, Espanha, Itália, Portugal e Reino Unido. Nos Estados Unidos, a decisão cabe a cada estado, e a maioria permite”, enumera.

Ainda no voto, Barroso faz uma reflexão sobre liberdade e igualdade: “As mulheres são seres livres e

iguais, dotadas de autonomia para fazerem suas escolhas existenciais. Se os homens engravidassem, o aborto já não seria tratado como crime há muito tempo”, provoca.

Debate moral

Ele ressalta que o debate moral e religioso deve ser respeitado, mas não pode ser sobrepor à liberdade individual. “É legítimo ter posição contrária ao aborto e pregar contra a sua prática. Mas será que a regra de ouro das tradições religiosas — tratar o próximo como gostaria de ser tratado — é melhor cumprida enviando uma mulher ao cárcere por esse drama? Pessoalmente, entendo que não”, afirmou.

Ao encerrar o voto, Barroso defende que o papel do Estado, em

uma sociedade democrática, não é impor uma visão moral, mas assegurar que cada pessoa viva conforme sua própria convicção. “Numa sociedade aberta e democrática, pessoas bem-intencionadas podem discordar radicalmente. O dever do Estado não é escolher um lado, mas garantir a liberdade de escolha”, lembra.

A ADPF 442, apresentada em 2017 pelo PSol em parceria com o Instituto Anís, defende que o embrião não seja reconhecido como “pessoa constitucional”, mas como uma “criatura humana intraútero”, referindo-se a condições, procedimentos ou desenvolvimentos que ocorreram com a gestante. O argumento busca afastar a proteção constitucional até o nascimento e permitir que a interrupção da gravidez, até a 12ª semana, não configure crime.



A discussão real não está em ser contra ou a favor do aborto. É definir se a mulher que passa por esse infortúnio deve ser presa. (...) A interrupção da gestação deve ser tratada como uma questão de saúde pública, não de direito penal”

Ministro aposentado do STF Luís Roberto Barroso

O julgamento da ação teve início em setembro de 2023, no plenário virtual, sob relatoria da ministra Rosa Weber, então presidente do STF. À época, ao se aposentar, ela antecipou o voto favorável à descriminalização afirmando que desejava “deixar sua marca” no tema. Barroso, que assumiu a presidência do Supremo depois da saída da magistrada, pediu destaque para que o debate fosse levado ao plenário físico, onde todos os ministros se manifestam oralmente. Desde então, a ação não havia sido pautada novamente.

Nos últimos meses da gestão à frente do STF, o ministro chegou a comentar que o tema “precisa-va de amadurecimento” e que o país “ainda não estava pronto” para o debate.

VIOLÊNCIA

Preso sétimo suspeito do fuzilamento do delegado

A Polícia Civil de São Paulo prendeu, ontem, o sétimo suspeito de envolvimento no homicídio do ex-delegado-geral Ruy Ferraz — fuzilado depois de perseguido ao sair da Prefeitura de Praia Grande (SP), em 15 de setembro. Cristiano Alves da Silva, de 36 anos, conhecido como “Chris Brown”, é apontado como o dono do imóvel em Mongaguá que teria sido utilizado como ponto de apoio antes e depois do crime.

Segundo a polícia, Cristiano tem antecedentes por integrar organização criminosa, receptação, roubo e delitos contra o meio ambiente. O mandado de prisão temporária foi cumprido no bairro Jardim Gaivotas, na zona sul de São Paulo.

Na quarta-feira, a polícia prendeu o sexto suspeito de organizar parte da operação para executar Ruy Ferraz. Conhecido como “Matemático”, Danilo Pereira Pena atribuiu a Luiz Henrique Santos Batista, o Fofão, a missão de transportar Rafael Marcell Dias Simões, conhecido como Jaguar, do município de São Vicente para São Paulo. Esses dois últimos já estavam presos.

Passado um mês do fuzilamento do delegado-geral aposentado de São Paulo, a polícia investiga um possível elo entre uma licitação de R\$ 24 milhões, realizada em setembro pela Prefeitura de Praia Grande, com o assassinato. A hipótese tinha sido levantada em um primeiro momento — a concorrência teria prejudicado uma entidade ligada aos criminosos, o que colocou Ferraz, então secretário de Administração do município litorâneo de São Paulo.

O policial aposentado foi fuzilado depois de encerrar o expediente na Prefeitura de Praia Grande. As forças de segurança buscam dois suspeitos que estão foragidos. Um dos envolvidos no assassinato foi morto no Paraná em suposto confronto com policiais.

A hipótese de uma possível relação entre a execução do ex-delegado-geral com o processo de licitação, que foi aberto no começo de setembro para aquisição de material para instalação elétrica, segue forte, apesar de não ser a única. Como policial, Ferraz ficou conhecido por seu trabalho contra o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Em 2006, ele foi o responsável por indiciar toda a cúpula da facção, incluindo Marco Williams Herbas Camacho, o Marcola, antes de os bandidos serem isolados na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau (SP). Em 2019, quando o chefe do PCC foi transferido para um presídio federal, ele era delegado-geral, cargo que ocupou até 2022. Marcola está preso na Penitenciária Federal de Brasília.

O subsecretário de Gestão e Tecnologia da Prefeitura de Praia Grande, Sandro Rogério Pardini, e outros quatro servidores do município foram alvos de mandados de busca e apreensão pela morte de Ferraz. Eles não estão na condição de suspeitos, mas os materiais coletados com o grupo podem ajudar na resolução do assassinato. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em ao menos oito endereços da Baixada Santista.

Na casa de Pardini, foram apreendidos celular, computadores, três pistolas, R\$ 50 mil em espécie, mil euros e US\$ 10 mil. Em um maço de cédulas, havia bilhetes com anotações contendo nomes de um homem e de uma mulher. Os dólares estavam no envelope de uma corretora de câmbio. Foram apreendidos, também, cartões bancários, três registros de armas de fogo e um registro de CAC (Colecionador, Atirador, Caçador).

NOVELÃO

E dona Odete Roitman não foi assassinada...

» PATRICK SELVATTI

Assim como ocorreu em 1988, o último capítulo da nova versão de *Vale Tudo*, exibido ontem, ganhou contornos de fenômeno nacional. Um clássico da teledramaturgia brasileira, revisitado após 37 anos pela TV Globo, a adaptação — capitaneada por Manuela Dias a partir da obra criada por Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Basères exibida em 1988 — manteve o suspense com o desfecho sobre quem matou a vilã Odete Roitman, agora também eternizada por Debora Bloch, assim como ocorreu com sua antecessora, Beatriz Segall (1926-2018).

Ao final, foi revelado que a vilã das vilãs forjou a própria morte, com a ajuda do assessor Freitas (Luís Lobianco), após Helena (Paolla Oliveira) errar o alvo ao apertar o gatilho da arma e, logo depois, levar um tiro de Marco Aurélio (Alexandre Nero). E ela se despede, na última cena da novela, dizendo: “Au revoir, Brasil! Ode-te Roitman sempre volta”.

Engajamento

Tanto o capítulo de ontem quanto o da morte — exibido na noite de 6 de outubro — registraram cerca de 30 pontos de audiência em São Paulo e no Rio de Janeiro, segundo dados do Kantar Ibope Media.

Refletindo o robusto engajamento digital e comercial que

Reprodução/Instagram pessoal



Freitas (Luís Lobianco) ajudou na farsa sobre a morte da milionária

tomou conta do país, bares, restaurantes e até shopping do Distrito Federal reuniu o público para assistir ao derradeiro episódio do folhetim.

O Lah no Bar e o Deboche Bar, na Asa Sul, e o Mimo Bar, na Asa Norte, organizaram uma “watch party” com direito a bolão. O shopping Conjunto Nacional, ao lado da Rodoviária do Plano Piloto, também entrou no clima, exibindo o último capítulo em telões espalhados pela praça de alimentação.

Em 1988, na véspera do capítulo final, *Vale Tudo* chegou a 89 pontos de audiência, seu maior pico, com média geral de 61. Em seu livro *Meu Passado me Perdoa*, o coautor da obra Aguinaldo Silva conta que Odete Roitman, a princípio, também seria assassinada por Marco Aurélio (Reginaldo Faria), mas essa informação vazou na imprensa e ficou então decidido que Odete seria morta por um personagem improvável, do qual ninguém pudesse desconfiar: a mulher dele, Leila (Cássia Kiss).



Odete foi atingida, mas conseguiu sobreviver para rir no fim da história

Por sete meses, a nova *Vale Tudo* dividiu a opinião do público. A trama trouxe significativas alterações nos arcos das personagens e no desenvolvimento dos núcleos. O resultado foi uma novela que misturou elementos do clássico com novidades narrativas que foram alvo de críticas, especialmente pela caracterização da espinha dorsal da obra original: o dilema sobre valer a pena ou não ser ético e honesto no Brasil. O remake (ou reboot) assinado por Manuela

Dias focou nos dramas da família Roitman, pincelou diversos temas sem aprofundar (do bebê reborn à leucemia) e deixou de lado o conflito central envolvendo os paradoxos íntimos na relação entre a batalhadora Raquel (Taís Araújo) e a filha amorla, Fátima.

A atual versão fechou os 173 capítulos com 23,4 pontos de média, apenas 10% acima do índice geral da antecessora, *Mania de Você*. A emissora faturou, o público engajou, mas não foi uma novela que causou o mesmo impacto.